

Eliane Regina Pereira
(Organizadora)

A Pesquisa em Psicologia em Foco



Eliane Regina Pereira
(Organizadora)

A Pesquisa em Psicologia em Foco

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P474	A pesquisa em psicologia em foco [recurso eletrônico] / Organizadora Eliane Regina Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Pesquisa em Psicologia em Foco; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-367-5 DOI 10.22533/at.ed.675190506 1. Psicologia – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Eliane Regina. II.Série. CDD 150.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um fotógrafo-artista me disse uma vez: veja que pingo de sol no couro de um lagarto é para nós mais importante do que o sol inteiro no corpo do mar. Falou mais: que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós. Assim um passarinho nas mãos de uma criança é mais importante para ela do que a Cordilheira dos Andes. (...). Se fizerem algum exame mental em mim por tais julgamentos, vão encontrar que eu gosto mais de conversar sobre restos de comida com as moscas do que com homens doutos. (Barros, 2006)¹.

A partir de uma memória inventada, Manoel de Barros nos convida a pensar sobre as importâncias. Segundo o poeta é preciso que nos encantemos pelas coisas. Assim, mais importante que medir, ou ainda, que identificar o instrumento certo da medida é preciso estar encantado pelo processo. Entendemos que pesquisar é se encantar, é se entregar a uma temática e se permitir mergulhar no processo de construção de dados, de modo que os resultados não sejam entendidos como descobertas, mas como construção de um processo que se dá entre o pesquisador e a pesquisa realizada.

Segundo o dicionário online² pesquisar é um verbo transitivo que significa investigar com a finalidade de descobrir conhecimentos novos, ou ainda, recolher elementos para o estudo de algo. Se o objetivo é, portanto, descobrir conhecimentos novos, temos obrigação de após pesquisar, espalhar esses novos conhecimentos. Este é o objetivo deste livro, divulgar, espalhar, difundir conhecimentos pesquisados. O livro é resultado de uma série de pesquisas em psicologia. Não é um livro de método, mas um livro de relato de pesquisa e de experiência.

O livro está organizado em três partes. A primeira parte intitulada “Pesquisas Teóricas” consta de quinze capítulos que apresentam diferentes temáticas e diferentes caminhos de pesquisa. Desde pesquisas bibliográficas de cunho qualitativo e/ou quantitativo em bases de dados a pesquisas de profundidade em autores específicos como Rubinstein, Davýdov e Emília Ferreiro. Dificuldade de aprendizagem, evolução da língua escrita, formação de professores, imagem corporal, violência contra a mulher, jogo compulsivo, transtorno do pânico e transtorno do stress pós-traumático são algumas das temáticas aqui apresentadas.

A segunda parte intitulada “Pesquisas Empíricas” é composta de dez capítulos. Nesta parte, os autores apresentam diferentes instrumentos de pesquisa: Questionário semiestruturado com perguntas fechadas, aplicação de diferentes inventários ou escalas, entrevistas semiestruturadas, são algumas das metodologias de pesquisas expostas aqui.

A terceira parte intitulada “Relatos de experiência” inclui seis pequenos relatos que permitem ao leitor acompanhar o trabalho dos autores.

É preciso ser possuído por uma paixão para que se possa comunica-la.

1 Barros, M. (2006). Memórias inventadas: a segunda infância. São Paulo. Editora Planeta.

2 <https://www.dicio.com.br/pesquisar/>

Esperamos que você se encante pela leitura, assim como, cada pesquisador/autor aqui apresentado, evidencia ter se apaixonado, se encantado pelo ato de pesquisar.

Eliane Regina Pereira

SUMÁRIO

PESQUISAS TEÓRICAS

CAPÍTULO 1	1
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM INFANTIL	
Matildes Martins Feitosa	
Janicleide Rodrigues de Souza	
Francisco Mayccon Passos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6751905061	
CAPÍTULO 2	13
AS CONTRIBUIÇÕES DE SERGUEI LEONIDOVICH RUBINSTEIN PARA A EDUCAÇÃO: UMA EXPRESSÃO DE SUA TEORIA DA ATIVIDADE	
Alexandre Pito Giannoni	
Luana de Lima Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.6751905062	
CAPÍTULO 3	25
A EVOLUÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA SEGUNDO A EPISTEMOLOGIA GENÉTICA: DO PERÍODO PRÉ-SILÁBICO AO SISTEMA ALFABÉTICO PELO SUJEITO QUE APRENDE	
Bruna Assem Sasso dos Santos	
Adrián Oscar Dongo Montoya	
DOI 10.22533/at.ed.6751905063	
CAPÍTULO 4	40
CUBA: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA	
Drielly Adrean Batista	
Alonso Bezerra de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6751905064	
CAPÍTULO 5	51
GESTALT-TERAPIA E TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL (TCC) UM DIÁLOGO SOBRE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	
Maira Ribeiro da Silva	
Andréia Borges da Silva	
Nádie Christina Ferreira Machado Spence	
DOI 10.22533/at.ed.6751905065	
CAPÍTULO 6	61
PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PARA APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE CÍRCULO	
Patrick Leandro Felipe	
Ademir Damazio	
DOI 10.22533/at.ed.6751905066	
CAPÍTULO 7	76
TANATOLOGIA: A EDUCAÇÃO SOBRE A MORTE NO CONTEXTO ESCOLAR	
Jessyca Gracy Pereira Veloso	
Bianca Viana Coutinho	
Nathália Gomes Duarte	
Camila Maria Rabêlo	

CAPÍTULO 8 87

PERSPECTIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM: LÓGICA DA PROGRAMAÇÃO, PIAGET E TECNOLOGIAS DIGITAIS

Luciana Michele Ventura
Luciane Guimarães Batistella Bianchini
Lisandra Costa Pereira Kirnew
Luciana Ribeiro Salomão
Bernadete Lema Mazzafera

DOI 10.22533/at.ed.6751905068

CAPÍTULO 9 99

ASPECTOS PSICOSSOMÁTICOS DA IMAGEM CORPORAL DE PACIENTES TRANSPLANTADOS RENAIIS – UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jéssica Regina Chaves
Périsson Dantas do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.6751905069

CAPÍTULO 10 108

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA A PARTIR DE 2014

Mariana Gonçalves Farias
Mariana Costa Biermann
Glysa de Oliveira Meneses
Lia Wagner Plutarco
Estefânea Élide da Silva Gusmão

DOI 10.22533/at.ed.67519050610

CAPÍTULO 11 123

OLHAR PSICANALÍTICO PARA O TRANSTORNO DE PÂNICO: EXPRESSÃO DE ANGÚSTIA E EVIDÊNCIA DO DESAMPARO

Amanda da Rocha Camargo

DOI 10.22533/at.ed.67519050611

CAPÍTULO 12 137

TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO: ASPECTOS GENÉTICOS E O TRATAMENTO COM BASE NA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Jonanthan Costa Araujo
Laíne Kamila Machado Gomes
Simão Neto
Victória Regina Silva Rodrigues
Danilo Camuri Teixeira Lopes
Nelson Jorge Carvalho Batista

DOI 10.22533/at.ed.67519050612

CAPÍTULO 13 145

DIFICULDADES ENFRENTADAS POR PACIENTES COM TRANSTORNO DO PÂNICO E TRANSTORNO DO STRESSE PÓS-TRAUMÁTICO (TEPT)

Juniane Oliveira Dantas Macedo
Liliana Louisa de Carvalho Soares
Lyzanka Fontinele Vasconcelos
Roberta Soares Machado

Nelson Jorge Carvalho Batista

DOI 10.22533/at.ed.67519050613

CAPÍTULO 14 158

JOGANDO, PERDENDO E SOFREDO: UM OLHAR SOBRE O JOGO COMPULSIVO A PARTIR DE
MARGE SIMPSON

Heloá Silva Ferreira

Felipe Maciel dos Santos Souza

DOI 10.22533/at.ed.67519050614

CAPÍTULO 15 169

TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO SOB UMA VISÃO PSICOLÓGICA DO FILME O
QUARTO DE JACK

Nathália Gomes Duarte

Jessyca Gracy Pereira Veloso

Lilian Alves Ribeiro

Bianca Viana Coutinho

Nelson Jorge Carvalho Batista

DOI 10.22533/at.ed.67519050615

SOBRE A ORGANIZADORA..... 179

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM INFANTIL

Matildes Martins Feitosa

Faculdade Diocesana de Mossoró-FDM, autora
do artigo
Mossoró-RN

Janicleide Rodrigues de Souza

Faculdade Diocesana de Mossoró-FDM, autora
do artigo
Mossoró-RN

Francisco Maycon Passos Costa

Faculdade Diocesana de Mossoró-FDM, autora
do artigo
Mossoró-RN

RESUMO: Atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar, por portarem deficiências físicas ou cognitivas. O fracasso escolar, mais especificamente a dificuldade na elaboração da leitura e da escrita tem preocupado os educadores, pesquisadores e pais. Explicar dificuldade de Aprendizagem é um grande desafio considerando os avanços nas áreas da pesquisa das neurociências e da educação, com isso a presente pesquisa teve como objetivo investigar as dificuldades de aprendizagem encontradas nas séries iniciais. Expõem-se algumas definições de aprendizagem relacionadas elas são: dificuldades na leitura, escrita, cálculos matemáticos entre outras. E

que as causas dessas dificuldades podem estar relacionadas à família, à criança, e à escola. Os resultados mostraram que as professoras percebem as dificuldades de aprendizagem de três maneiras distintas: dificuldade em assimilar o conhecimento, na leitura e escrita e dificuldade de raciocínio. Verificou-se com os estudos realizados nesta pesquisa que é importante a utilização de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam às necessidades dos alunos com a ajuda do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

PALAVRAS-CHAVES: Criança. Dificuldade. Aprendizagem.

ABSTRACT: At present, educational policy prioritizes education for all and the inclusion of students who, for a short time, were excluded from the school system because they had physical or cognitive disabilities. School failure, more specifically the difficulty in preparing reading and writing has worried educators, researchers and parents. Explaining Learning Difficulty is a great challenge considering the advances in the areas of neuroscience research and education, with the present research aimed at investigating the learning difficulties encountered in the initial grades. Some definitions of related learning are exposed: difficulties in reading, writing, mathematical calculations and others. And that the causes of these difficulties may be related

to the family, the child, and the school. The results showed that the teachers perceive learning difficulties in three different ways: difficulty in assimilating knowledge, in reading and writing and difficulty in reasoning. It was verified with the studies carried out in this research that it is important to use different pedagogical practices that meet the needs of the students with the help of the Specialized Educational Assistance (AEE).

KEYWORDS: Child. Difficulty. Learning

1 | INTRODUÇÃO

A psicopedagogia estuda todo o processo da aprendizagem, bem como as dificuldades inerentes desse processo, sendo influenciada também pela psicanálise, linguística, semiótica, neuropsicologia, psicofisiologia e fisiologia humana, com isso pode-se perceber que o homem nasce com uma tendência nata para a aprendizagem, onde segundo Bossa (2000) infere que tanto a aprendizagem quanto a construção do conhecimento são considerados processos naturais e espontâneos e quando estes não ocorrem é preciso evidenciar a causa.

Na atual política o tempo inclusão e educação para todos passaram a ser temas debatido com mais frequência, uma vez que um número significativo de alunos eram excluídos do meio escolar por possuírem determinadas deficiências, desde físicas a cognitivas e hoje essa exclusão não se limita a alunos com prováveis problemas físicos e/ou de intelecto e sim alunos com dificuldade na aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem podem levar o aluno ao fracasso escolar, sendo que as causas devem ser estudadas a fim de sanar e/ou minimizar as problemáticas, entre as causas pode-se citar a desestruturação familiar, problemas cognitivos e emocionais, implicando diretamente no processo de leitura e escrita do aluno, que de acordo com Shimazaki (2007) alunos que estudam na segunda e terceira séries do ensino básico tem dificuldades no processo de escrita e leitura, sendo estes encaminhados para uma sala destinada a alunos que possuem deficiência e/ou distúrbios de aprendizagem, evidenciando que não existe um auxílio de qualidade para esses alunados, uma vez os mesmos não possuem tais deficiências.

Denota-se que tratar da explicação sobre a dificuldade na aprendizagem tornou-se um desafio, uma vez que existe um número elevado de alunos com problemas decorrentes da aprendizagem, com isso são crescentes as pesquisas sobre esse tema voltadas as series iniciais, sendo possível traçar um diagnóstico precoce, que venham minimizar os impactos decorrentes dessas dificuldades, superando os déficits e não mais centrando nas dificuldades.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa encontra-se caracterizada como sendo de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e para Prodanov e Freitas pesquisa bibliográfica:

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

O método qualitativo aborda elementos mais profundos nas relações, processos e fenômenos que, muitas vezes, não podem ser identificados por meio de cálculos matemáticos. Nessa ótica, a pesquisa qualitativa é mais subjetiva e trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões (LAKATOS; MARCONI, 2009).

Com este desígnio foi efetuada uma revisão do material utilizado para a construção do referencial teórico, tendo sido consultado os artigos aqui elencados, desde: revistas online, e periódicos e monografias. Utilizaram-se os seguintes critérios: artigos científicos nacionais e internacionais, periódicos e monografias que abordaram a temática vigente.

O processo de análise dos achados foi realizado a partir do desenvolvimento da leitura dos materiais escolhidos, com o objetivo de desenvolver uma análise sucinta dos mesmos, identificando os pontos mais relevantes para a pesquisa, para a construção do desenvolvimento do artigo.

3 | REFERENCIAL DE LITERATURA

3.1 A política educacional brasileira

A Política Educacional Brasileira é composta pela lei LDB n°9394/96 e pelo plano nacional da educação (2011-2020), estes resultantes da constituição de 1998. Conforme a CF/1998 a educação é considerada enquanto um direito e um dever do estado e da família, a mesma será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e também sua qualificação para o mercado de trabalho.

O cenário das políticas públicas no Brasil demonstra as consequências das imposições liberais sobre a sociedade, como consequência do forte avanço do capital sobre a classe trabalhadora. Organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial, são interventivas na realidade brasileira, fator que reflete decisivamente na a educação (MÉSZÁROS,2002).

Os limites da estrutura de dominação capitalistas podem ser observados nas crises de nível mundial, desse modo, as alternativas liberais são definidas e situam a educação como prioridade que deve ser estabelecida na sociedade de forma indispensável à ascensão social e fortalecimento da democracia através da elevação

do poder instrutivo. No entanto, a escola, enquanto principal e primeiro espaço de reprodução do saber, influencia a cultura na dinâmica social, que ultrapassa os seus alcances internos e se configura como passível às críticas acerca da realidade socioeconômica e cultural, não apenas dos seus usuários diretos, os alunos, mas as famílias, núcleos primários de interação social.

Assim demonstra-se a importância do assistente social (profissional do serviço social) integrar a equipe de ensino da área de educação, pois poderemos contribuir com a melhoria das condições da constituição do Direito à Educação Pública, atuando principalmente no processo de inclusão de crianças e adolescentes em idade escolar (CEFESS, 2001. p. 12).

A política educacional brasileira, não possui na trajetória das políticas sociais, um posicionamento exponencial enquanto política do aprendizado necessário à cidadania, visto que, há, por parte da política brasileira, a subserviência aos rumos do grande capital internacional e suas organizações financeiras, pois para estas, importa tão somente a capacidade educacional de elevar as manobras de ascensão do grande capital.

A preocupação do capital é extremamente intencional, ou seja, existe uma coerência do discurso liberal sobre a educação no sentido de entendê-la como política de avaliação da competitividade entre as nações e por se constituir numa condição de empregabilidade em períodos de crise econômica.

A Constituição Federal de 88 respaldou em seu conteúdo as reivindicações sociais nos mais variados âmbitos, dentre eles, a área educacional foi enfatizada no viés dos interesses burgueses imbuídos nos preceitos liberais que influenciaram o sistema de ensino dando margem à privatização do ensino público e ensino a distância. Tais fatores, ocasionados, foram oriundos do enxugamento do Estado com as responsabilidades na política educacional, deixando para a iniciativa privada e terceiro setor o ambiente para suprir as demandas educacionais no Brasil (ALMEIDA, 2000. p.62-75).

O Estado brasileiro vem construindo políticas educacionais que buscam alinhar suas metas com os objetivos daquelas instituições, insistindo nas parcerias, com forte apelo ao voluntariado, destituindo-se de suas próprias responsabilidades, incorporando, inclusive, terminologias próprias do ideário neoliberal, onde conceitos como direitos, equidade, diversidade e acesso são substituídos por metas, índices de produtividade, eficiência e qualidade. Nessa perspectiva, há evidências concretas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e em programas focados para a juventude como o Programa ProJovem.

Observa-se que há determinação da LDB no tocante a incumbência de elaborar o Plano Nacional de Educação à União, com a colaboração dos estados, Distrito Federal e municípios, apontando em seu art. 87 que o referido Plano deverá estar em consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), resultando em prioridades que se referem à garantia do Ensino Fundamental obrigatório somente para crianças entre 7 e 14 anos, inclusive àquelas pessoas que não tiveram oportunidade de acesso na idade própria, cabendo aos demais níveis

de ensino um caráter suplementar, cuja ampliação do atendimento seria realizada de maneira progressiva, porém, sem garantias ou obrigatoriedades (BRASIL, 2010).

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1999, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, incluindo a Educação especial, profissional, indígena no campo e ensino a distância (BRASIL, 2010.p.3)

A autonomia da educação, mediante a LDB, se configura como administrativa, as avaliações, os livros didáticos, os currículos, os programas, os conteúdos, os cursos de formação e fiscalização continuam sendo centralizados, porém se torna também descentralizado quando se trata de gestão financeira. Essa estratégia de desresponsabilização do estado com educação, está cada vez mais contribuindo para a redução das ofertas dos serviços educacionais ao povo brasileiro. Neste contexto, a proposta educativa referendada pela lei máxima da educação em nosso país tem provocado a desestrutura do sistema educativo público e estimulando assim a privatização do ensino de forma competitiva.

O estado deixa a desejar nas responsabilidades com a educação, onde considera que a mesma é de cunho público, mas não estatal. Desse modo, ao adquirir caráter de mercadoria, deixa de ser direito universal e passa a ser condição de privilégio econômico daqueles que possuem maior ascensão no sistema capitalista. Lei Federal nº 9.394/ 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, possui em seu teor, ideias em conformidade com os preceitos neoliberais, conforme apregoam os seguintes artigos:

Art.2 - A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 7 - O ensino é livre a iniciativa privada, atendidas as seguintes condições. I - Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - Autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público; III - Capacidade de autofinanciamento ressalvado e previsto no art. 213 da Constituição Federal. Art. 19 - As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (regulamento) I - Públicas assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público; II - Privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privados (BRASIL, 1996, p.7-13).

Com isso, uma educação de qualidade logo será ofertada para as partes detenham de meios para assegurá-las e não está imposto na lei de diretrizes e bases da educação, que infere que educação é um direito de todos, sendo que a educação de qualidade não é ofertada ao público excluído, que pertence a classe baixa, pois existe uma discrepância entre classes no Brasil, não garantindo o poder público uma igualdade de ensino, com isso Gentilli infere.

A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro

que se reconceitualiza *a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do* indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado (GENTILLI, 1996. p. 20-21).

Pode-se identificar que, o projeto neoliberal de educação no Brasil, ignora o educando, ou seja, exerce um alto poder de persuasão sobre este, para que possa se adequar à lógica de mercado vigente. Tal fator soma-se ao leque de problemas oriundos da questão social e especificamente, da peculiaridade socioeconômica que se insere o alunado e sua família na sociedade, formando uma realidade que se apresenta nas escolas e universidades das mais variadas formas, sob os mais obscuros fatores.

3.2 Problemas educacionais advindas da questão social

A questão Social se apresenta como fenômeno histórico capaz de dividir de uma parte a acumulação de riquezas, por parte dos detentores do capital, de outra parte, a expropriação e destituição dos menos favorecidos se configuram, ao longo das interfaces políticas e socioeconômica, definitiva para a inclusão e exclusão social.

Nessa conjuntura, pontuar as problemáticas consequentes da questão social na política educacional brasileira, principalmente no que tange aos aspectos de execução desta política, é asseverar que a escola, primeiro espaço educacional do indivíduo e as universidades, conforma como cenário das mais variadas oscilações das situações sociais que ultrapassam os seus espaços físicos. Tais oscilações são oriundas do contexto que circunda o alunado, no tocante às condições de pertencimento à determinada classe social, somado as peculiaridades objetivas e subjetivas que orientam a ascensão na sociedade capitalista.

Faz-se necessário frisar que, a educação brasileira no seu histórico desde o princípio da história do país, fora alvo da questão social que situava a elite burguesa portuguesa e a ascendente aristocracia que eclodia ambas com vistas em um país a ser explorado, alvo de riquezas e do capital mercantilista, jamais visto com um futuro promissor pautado na educação dos seus patriotas, Fatos estes, comprovados quando se observa os primórdios da educação, ainda no período colonial Brasil.

Após este período, o desenvolvimento da educação, sob o comando de Portugal caminhou em passos lentos de modo que é plausível afirmar que a história da educação, revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (MOACYR, 1937. p. 580-581).

É na ascensão social e na formação dos cidadãos brasileiros, que a educação desde o princípio, até o surgimento das primeiras universidades, passou por oscilações crescentes e decrescentes, que compreendem as instituições e sociedade, sempre permeadas pelos ditames políticos, ou seja, em todos os períodos, colonial, império,

primeira república, populismo era Vargas, regime militar até o período de retomada da democracia.

As gritantes problemáticas, oriundas da questão social que são apresentadas no cenário educacional brasileiro, ultrapassam os limites dos espaços institucionais educativos, pois edificaram suas bases nas agruras socioeconômicas, étnicas, de gênero, políticas, formação profissional, aquisição de direitos, cumprimento de deveres, cultural, dentre outras. Nesse sentido, a reprodução destas problemáticas se deu em virtude do início tardio da educação, em relação aos demais países na América Latina e das formações de suas instituições com características das conjunturas que foram criadas, ou seja, em meio aos variados interesses políticos. [...] “a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sócias travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social” (ALMEIDA *Apud* SILVA, 2014, p.43).

As principais problemáticas da educação são baixa remuneração paga aos professores de ensino básico principalmente no ensino pública, baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos, investimentos públicos insuficientes para atender com qualidade as necessidades educacionais, elevados índices de repetência, evasão escolar, existência de professores lecionando sem formação específica, carência de condições materiais em escolas de regiões pobres.

Na tradição elitista da educação brasileira, destaca-se a divisão de acordo com a classe social pertencente, onde as camadas que possuem maior poder aquisitivo adquirem inclusão no ensino privado, que possui como principais características a excelência exclusiva para a elite, homogeneizadora e excludente, ensino voltado para a hierarquia escolar e avaliação do aprendizado em contradição com as camadas menos favorecidas nos aspectos socioeconômicos geralmente, inserida na educação pública, dependentes de políticas de inclusão educativa, através de sistemas de cotas do governo federal.

Já no final dos anos 80, quando ficou claro que a reforma do Estado era necessária para o desenvolvimento sustentável, a educação não foi incluída. Isso só aconteceu nos anos 90, houve, portanto, uma negação a participação da política educacional na inserção das estratégias governamentais que culminou com os ministérios e secretarias utilizados como barganha política, em um processo de descontinuidade do trabalho (ALMEIDA, 2000).

No setor privado e terceiro setor, há uma separação no tocante as opiniões acerca da educação, visto que, cada um possui a sua, no âmbito dos perfis dos seus respectivos projetos, imbuídos nas ambiguidades do que é responsabilidade social e caridade filantrópica, realidade acentuada pela ausência de cobrança e fiscalização por parte da sociedade civil (ALMEIDA, 2000).

Tal realidade se dá em consonância com aleatória sintonia que ainda há, entre União, Estado e Município no que tange ao financiamento, gestão, frágil liderança do MEC na liderança das políticas educacionais, ausência de fiscalização os sistemas de

ensino.

É válido ressaltar, que o professor, enquanto principal profissional, que promove a educação diretamente junto ao alunado, necessita de maior preparo, mais estímulo, melhores remunerações, há a propagação por parte da categoria e mídia da subserviência às regras das instituições empregatícias, principalmente as públicas, onde é negada a exposição do absenteísmo¹ de muitos profissionais descomprometidos com o êxito no aprendizado.

Nesse contexto, percebe-se que os problemas escolares situam-se em grande maioria nas situações dos professores, seus anseios corporativistas, de modo que, o alunado absorve por consequência as sequelas, materializada em dados, que demonstram a precariedade do ensino brasileiro de um modo geral, até os anos 90(CRESS/MG, 2008. p. 83-100).

É importante enfatizar que, o problema da educação brasileira é concentrado, não apenas na esfera pública, mas também, na esfera privada. São nesta a gama de problemas que se consolidam as más formações dos alunos para o ingresso na vida profissional. Esses fatores são incidentes para esse contexto se atem ao caráter de mercadoria da educação, onde há inovação dos currículos mínimos, com menos exigências nas burocracias escolares e no âmbito universitário.

Nesta perspectiva, a formação de muitos profissionais oriundos da rede privada, é, pois, mediana, visto que, não atingem na íntegra o aprendizado condizente para a atuação no mercado e trabalho. Tal fator, é também percebido na educação à distância, com algumas exceções, facilitam o ingresso do estudante, que na ânsia por uma formação superior, desgastada pelas dificuldades para aprovação nas demais faculdades, é submetido a uma formação ineficaz no tocante as exigências acadêmicas e futuramente desenvolve na sociedade atuação profissional comprometedoras nos erros no exercício profissional, tomadas de posturas éticas e demais posicionamentos, enquanto agentes multiplicadores dos saberes.

O panorama dos problemas que circundam a educação no Brasil, atualmente, compreende a má gestão, a descentralização mal executada associada à corrupção nas instituições nas três esferas de governos, mas possui reduzido na vontade, materializada nas exigências impostas aos profissionais atuantes comprometidos com a ética pautada no dever do fazer profissional das mais variadas áreas, que de forma polivalente e interdisciplinar, incumbem-se nas estratégias de enfrentamento dos obstáculos, por uma educação inclusiva e qualitativa do povo brasileiro.

4 | A CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de aprendizagem vem acontecendo desde os primeiros anos de vida, evoluindo na infância, adolescência e na fase adulta, passando a ser dinâmico, cultural e subjetivo, sendo influenciado pelo psíquico, cognitivo e social. No âmbito

1. Ausência do funcionário no ambiente do trabalho, seja por falta, saídas ou atrasados justificados ou não:

psíquico pode-se evidenciar os sentimento e emoções, as chamadas afetividades, já o cognitivo pode ser encarado como as variadas interações que o sujeito possa estabelecer e por sua vez o social é a interação entre o homem e o meio.

Filósofos como Sócrates e Aristóteles tentaram buscar como se desenvolve a aprendizagem, onde o primeiro estudava os princípios da maiêutica e o segundo o método indutivo, porém nos dias de hoje, as ideias mais adotadas são as de John Locke, Herbart, Lloyd e Morgan, porém não deixaram de utilizar o método indutivo em suas pesquisas, embasando seus estudos na observação, experimentação, analisando a medida e classificação para que logo fosse possível conceituar a aprendizagem (CAMPOS, 2013).

Com isso, esses estudiosos tentaram compreender a concepção da aprendizagem, como essa ocorre e as dificuldades durante o processo, sendo possível o desenvolver das variadas concepções voltadas as dificuldades da aprendizagem.

4.1 Diferenças Entre Dificuldades De Aprendizagem E Transtornos

A dificuldade de aprendizagem é tida como uma desordem, onde o sujeito apresenta dificuldade em aprender, estando ligada a capacidade de recebimento e processamento do cérebro e na área da educação condizem com dislexia, disortografia e discalculia.

O tabu que gira em torno nas dificuldades da aprendizagem condiz com o pensamento de que todo aluno com problema de aprendizagem possui deficiência e baixo ou alto QI, onde o que existe de fato é um problema que está fazendo com que o aluno trabalhe abaixo da sua capacidade.

Com isso, para Smitz (1982), a aprendizagem pode ser encarada como sendo a aquisição e assimilação de novos e formas da percepção do “ser, pensar e agir” e nos dias de hoje a descrição dos transtornos de aprendizagem, entretanto, pode-se perceber que os dois manuais possuem inexatidão, da palavra transtornos, sendo que seu uso, sendo que uso estaria intrínseco a patologias mais graves e o transtorno específico da aprendizagem tem origem neural e biológica no âmbito biológico pode-se perceber fatores genéticos, epigenéticos e ambientais, influenciando na capacidade cerebral no processamento da informação.

Os dois manuais inferem que os transtornos de aprendizagem não são consequências da falta de oportunidade de aprender, descontinuidade educacional referente na mudança de escolar, problemas neurológicos como traumatismo ou doença encefálica adquirida, comprometimento na inteligência global e comprometimento visual ou auditivos não corrigidos, sendo que um dos transtornos neuropsiquiátricos mais estudados na infância é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Nos dias de hoje é possível traçar o diagnóstico do TDAH paralelo ao transtorno do espectro autista, sendo que anteriormente essa relação não era possível. Outro ponto visível foi que os sintomas deveriam estar presentes antes dos 07 anos de idade

e nos dias de hoje a idade foi alterada para os 12 anos, sendo possível classificar a TDAH em leve, moderada e grave, frente ao grau de comprimento que os sintomas causam na vida do indivíduo.

4.2 Terminologia Das Dificuldades De Aprendizagem

As dificuldades de aprendizagem podem ser denominadas como transtornos de aprendizagem, transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares, transtornos funcionais específicos, problemas de aprendizagem e distúrbios de aprendizagem, existindo dúvidas sobre o uso terminológico, sendo utilizada a concepção do DSM-IV (1994), CID-10 (2008) e Ministério da Educação.

O termo dificuldade de aprendizagem originou-se nos EUA e no Canadá, onde os pais de alunos que apresentavam dificuldade na leitura e escrita recorreram a ajuda de profissionais da área da saúde, objetivando compreender os problemas dos filhos, o que chamou a atenção do psicólogo Samuel Kirk, onde mesmo utilizou a terminologia “Learning Disability”, afirmando o mesmo que as dificuldades de aprendizagem estariam intrínsecas às questões ambientais, familiares e/ou educativas.

Desde o Século XX a psicopedagogia vem estudando a aprendizagem, porém essa área busca raízes nas áreas de conhecimento como a linguística, psicanálise, sociologia, filosofia e neurologia, podendo estar presente em espaços institucionais ou clínicos, fazendo com que os alunos possam superar o fracasso escolar, ressaltando que os possíveis quadros neurológicos como a epilepsia, deficiência mental e sensorial devem ser analisados, bem como toda uma problemática que possa estar presente no meio escolar.

Outra questão que merece aprofundamento condiz com os quadros psicológicos e psiquiátricos, sendo que presença de uma dificuldade de aprendizagem não significa necessariamente um transtorno de aprendizagem, sendo que esse último refere-se a incapacidade específica desde de a leitura, escrita ou matemática, devendo esses quadros investigados e tratados, uma vez que a depressão diminui significativamente o desempenho escolar e a ansiedade faz com que o aluno diminua o nível de atenção para os assuntos passados na sala de aula, podendo o mesmo deixar de frequentar as aulas.

Tanto os pais como os professores prestar atenção nos sinais que evidenciam problemas de aprendizagem. Durante a infância a criança pode apresentar problemas de linguagem, começando a dizer as palavras tardiamente bem como dificuldade de memorização dentre outros. Nomeio pode-se evidenciar: dificuldade de leitura e escrita, dificuldade em compreender, palavras e dificuldades em fazer cálculos, ressalta-se que a dislexia é genética e hereditária e o quanto antes diagnosticado mais satisfatório serão os resultados para a criança.

O que é perceptível na realidade é que os pais não aceitam a sugestão do professor relacionado ao problema do filho, não aceitam que o mesmo seja portador

e alguma doença, inferindo que os mesmos não possuem deficiência e que as ações dos mesmos são consideradas normais, passando a esse ser o ponto dificultoso para o trabalho de ajuda ao menor. com isso é relevante que a tríade (família, professor, aluno, trabalhem em conjunto fazendo com que a criança supere as dificuldades.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas relacionadas a dificuldade de aprendizagem vêm sendo estudada com mais frequência ao longo dos anos, em decorrência da dificuldade de aprendizagem de crianças nas series iniciais.

Ressalta-se que é suma importância que a tríade (aluno, professor, família), trabalhem de forma conjunta beneficiando o ensino aprendizagem e sendo possível detectar o quanto os mais variados problemas que causam impacto na qualidade do ensino infantil, sendo que os familiares devem adotar um pensamento compreensível acerca das dificuldades de aprendizagem e deixando de considerar como “normal” a dificuldade de aprendizagem.

A escola é ponto chave para socialização infantil, pois e nesta também que estão presentes a formação dos laços sociais, contribuindo para o desenvolvimento socio cognitivo do aluno, por esse motivo ressalta-se a importância de novas pesquisas relacionadas as dificuldades de aprendizagem nas series iniciais, fazendo com que sejam obtidos intervenções e resultados satisfatórios para a escola, família e aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Educação pública e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 63. São Paulo: Cortez, 2000. p. 62-75

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da ...** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social na educação**. Brasília. 2001.

GENTILI, Pablo. Escola S. A.: **quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ...[et al.]. 5. ed. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOACYR, P. **A Instrução e o Império**. Subsídios para a história da educação no Brasil: 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 2.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: **métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo:Feevale, 2013

SHIMAZAKI, E.M. **Letramento e educação**. Projeto de pesquisa. São Paulo: UEM; 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-367-5

